

Educação para as Drogas na Formação Docente: Considerações acerca de um Minicurso Remoto para Profissionais de Ensino

Drug Education in Teacher Training: Considerations about a Remote Mini Course for Teaching Professionals

ISSN 2177-8310
DOI: 10.18264/eadf.v14i1.2074.

Maria Fernanda Batista Bittencourt GUIMARÃES^{1*}

Francisco José Figueiredo COELHO²
Maria de Lourdes da SILVA¹

¹ Universidade do Estado do Rio de Janeiro – Rio de Janeiro, BRASIL

² Instituto Oswaldo Cruz (FIOCRUZ) – Rio de Janeiro, BRASIL

*atr.fernanda@gmail.com

Resumo

O presente trabalho trata de um relato de experiência que analisou um minicurso remoto (síncrono) sobre drogas, oferecido para profissionais de Educação de uma rede municipal do interior do estado do Rio de Janeiro. Por meio dele, busca-se entender a importância do trabalho de extensão e o aumento das possibilidades que ele cria ao ser oferecido pela modalidade EaD, principalmente em um cenário de pós-pandemia. A partir de atividades pedagógicas utilizadas durante o curso, como a criação de uma droga imaginária, foi perceptível a presença frequente de discursos proibicionistas e estigmatizantes em relação às drogas, seus usuários e atravessamentos, revelando carências de ordem social e pedagógica diante do tema. Nessa perspectiva, embora a formação remota seja mais econômica para o professor e as redes gestoras de ensino, ela apresenta limitações que podem ser superadas pela formação presencial, como as dificuldades de conectividade e a timidez de certos alunos para se colocar frente aos grupos. Cabe ressaltar a importância de demandar das instituições públicas que evitem a presença de profissionais gestores em cursos dessa temática, para que se garanta a liberdade de participação dos docentes e se possa compreender globalmente os anseios e fragilidades de tais profissionais em relação ao assunto drogas.

Palavras-chave: Drogas. Formação de professores. Redução de danos.



Recebido 18/08/2023
Aceito 29/01/2024
Publicado 08/02/2024

COMO CITAR ESTE TRABALHO

ABNT: GUIMARÃES, M. F. B. B.; COELHO, F. J. F.; SILVA, M. L. Educação para as Drogas na Formação Docente: Considerações acerca de um Minicurso Remoto para Profissionais de Ensino. **EaD em Foco**, v. 14, n. 1, e2074, 2024. DOI: <https://doi.org/10.18264/eadf.v14i1.2074>.

Drug Education in Teacher Training: Considerations about a Remote Mini Course for Teaching Professionals

Abstract

This work is a report on an experience that analyzed a remote (synchronous) mini-course on drugs, offered to Education professionals from a municipal network in the interior of the state of Rio de Janeiro. Understanding the importance of extension work, and how the possibilities become greater when offered by the EAD modality, especially in a post-pandemic scenario. Through pedagogical activities used during the course, such as creating an imaginary drug, it was noticeable the frequent presence of prohibitionist and stigmatizing discourses in relation to drugs, their users and crossings, revealing social and pedagogical deficiencies in the face of the theme. In this perspective, although remote training is more economical for the teacher and for the educational management networks, there are limitations that can be overcome by face-to-face training, such as connectivity difficulties and shyness to stand in front of groups. It is important to highlight the importance of demanding from public institutions that they avoid the presence of management professionals, in order not to influence the freedom of participation of teachers and to understand globally the desires and weaknesses of how such professionals deal with the issue of drugs.

Keywords: *Drugs. Teacher training. Harm reduction.*

1. Introdução

Sem dúvidas, a educação para as drogas é um dos temas que não podem passar despercebidos em nossas instituições de ensino. Embora apresente garantias legais para sua implementação (Brasil, 2006), ele ainda se configura como um desafio para as práticas educativas. Isso resulta de múltiplos fatores, dos quais cabe destacar o avanço das políticas públicas proibicionistas ao longo do último século e os respingos dessas políticas sobre a educação. Desde sua gênese, na década de 1970, a educação para as drogas está ancorada nos saberes das ciências biopsicomédicas, que, nos últimos anos – dadas as configurações governamentais no país –, ditaram parte das políticas de saúde e educação.

Essa dependência do campo da saúde justifica, em parte, o olhar estigmatizante e segregador que a abordagem do tema implica ao campo educativo. Por isso, cabe reconhecer os marcos históricos a favor dessa desconstrução, como a valorização, ocorrida a partir do fim da década de 1990, do professor como coagente educador das questões que envolvem as drogas, sem destituir a importância dos agentes da saúde (Coelho; Silva, 2021). Dos movimentos de contracultura das décadas de 1960-1970 aos avanços na pesquisa com *Cannabis* medicinal, traços de uma política proibicionista e segregadora ainda persistem e reverberam na forma como a sociedade compreende o fenômeno do consumo de drogas, como frequentemente desmistificado pelo pesquisador Elisandro Carlini (2010).

Indícios do impacto dessa política de proibição podem ser percebidos tanto nas abordagens sobre o tema realizadas nas escolas quanto nos materiais educativos que circulam na sociedade, como apontado por Silva (2019). A autora percebe que uma parcela dos materiais didáticos e paradidáticos que chegam às escolas veiculam ideologias e conceitos típicos de uma política alienante que pouco explora as experiências vividas pelos leitores e deixa de investir em abordagens mais sociais e flexíveis sobre as drogas.

Do contrário, para ela, frequentemente esses materiais se apoiam em três aspectos: classificatório (ao classificar as drogas), sintomático (ao expor seus efeitos no organismo) e danoso (ao exprimir os danos causados por seu uso). Isso revela um conjunto de saberes específicos, denominado por Silva (2019) como parte integrante de um currículo mínimo irreduzível (CMI), apoiado em uma abordagem centrada nos efeitos e danos causados pelas drogas. Também nos ajuda a compreender o porquê de as abordagens realizadas entre os professores sobre tais substâncias se apoiarem, com frequência, na abstinência e no amedrontamento como estratégia de ensino, perspectiva também compartilhada por Acselrad (2013) e Coelho e Silva (2021).

Para Acselrad (2013), promover um debate mais flexível sobre drogas é uma possibilidade de enfrentamento da alienação reducionista, por priorizar o diálogo entre questões políticas, econômicas, legais e democráticas que permeiam o assunto. Em outras palavras, para a autora, tal debate não pode estar atento apenas aos aspectos químicos ou biológicos das drogas, sendo descabido que tais discussões, dentro do espaço escolar, se concentrem na reprodução das informações sobre sua possível ação danosa, mas não analise seus aspectos sociais, históricos e culturais. Tal enfoque não incentiva que as pessoas conheçam seus limites psíquicos e sociais e colocam a droga como personagem principal do consumo, excluindo as dimensões humanas da questão (Acselrad, 2013; Silva, 2019). Nesse alinhamento, tanto Coelho e Silva (2021) como Carlini (2010) sugerem que tais demandas no debate sobre drogas são pouco relativizadas, o que favorece o alastramento das políticas e discursos proibicionistas nas falas de muitos profissionais de ensino (Coelho; Silva, 2021).

Considerando as impressões de Acselrad (2013), Silva (2019) e Coelho e Silva (2021), trabalhos como os de Coelho, Monteiro e Luz (2021) também questionam o amedrontamento e a proibição como modelos centrais de abordagem do assunto tanto nas escolas quanto na formação dos profissionais do magistério. Para os autores, aos profissionais de ensino devem ser oferecidas experiências formativas sensíveis que não imponham conceitos, mas permitam cenários de análises conjuntas com esses agentes pedagógicos. Tais publicações reforçam a importância de abordagens e materiais educativos menos centrados nas drogas e mais atentos aos sujeitos em suas relações com o mundo, estabelecendo caminhos menos violentos e mais compreensíveis e democráticos sobre o tema drogas, o que na literatura é conhecido como redução de danos (RD).

Para autores como Coelho, Monteiro e Luz (2021), a RD é um caminho tangível, visto que não tem a intenção de oprimir ou condenar. Pelo contrário, dada a delicadeza do tema e os receios e mitos que dele emergem, os autores sustentam que os conceitos em si não devem ser oferecidos de forma mecânica, mas contextualizada diante das experiências práticas dos docentes. Isso favorece que os estigmas e equívocos conceituais sobre o assunto drogas passem a ser objetos de análise com/durante a própria formação. Nesse caminho, cabe considerar as perspectivas não apenas de um lado da história (Adichie, 2009), mas se estender a olhares que tangem o micro e o macro, confrontando e buscando compreender diferentes situações para abarcar, também, o olhar do outro, sem se deter no viés de condenação que perpetua estigmas. É importante trabalhar essa condição nas formações continuadas do magistério.

Cabe salientar que, além das dificuldades inerentes à abordagem do tema, as atividades não presenciais, que foram intensificadas e utilizadas durante a pandemia de covid-19, permanecem como possibilidade de processo educativo. Trata-se de uma realidade de nosso tempo, ainda que tal modelo de trabalho demande, por si só, fragilidades, uma vez que as interações virtuais (síncronas ou assíncronas) apresentam suas limitações.

Isso se evidencia, sobretudo, nas atividades remotas síncronas (que ocorrem em tempo real e mediadas pelas tecnologias digitais). Há de se considerar distintas questões emergenciais que impactam na aprendizagem dos profissionais de ensino, seja no âmbito do acesso às ferramentas (ou seja, a condição de acessarem os espaços formativos digitais), seja acerca da conectividade (se possuem conexão de in-

ternet capaz de permitir a participação nas aulas). Tais entendimentos são compartilhados com Teixeira Almeida (2015) acerca do ensino a distância e suas repercussões.

Nessa ótica, cabe reconhecer o grande papel da educação ao longo da história, e sua capacidade de formar profissionais aptos a lidar com emergências. No caso aqui abordado, um exemplo que podemos citar é a necessidade, que recentemente sofremos, de uma rápida transição do ensino presencial para um modelo de educação on-line (Almeida; Santos, 2022). Esse cenário segue, atualmente, como um aspecto facilitador da educação, mesmo em um momento pós-pandêmico³.

Para Almeida e Santos (2022), tendo em vista as emergências dos processos formativos, é cabível considerar a urgência na construção de novos ambientes de pesquisa, formação e prática docente como uma condição adaptativa de nosso atual momento histórico, influenciado sobretudo pela pandemia de covid-19. Nessa perspectiva, entendemos que tais emergências se conjugam tanto no âmbito do temário (incluindo temas que se tornam essenciais diante de um contexto histórico, como ocorre com as drogas) quanto diante da necessidade de (re)elaborar novas propostas formativas, especialmente aquelas realizadas com os corpos distantes temporal e geograficamente e mediados pela tecnologia.

Almeida e Santos (2022) complementam que a formação docente remota deve ir além da mera reatividade mediada por tecnologias. Nesse ponto, estão de acordo com Teixeira e Almeida (2015), que sugerem não perder de vista que esse processo formativo pode valorizar o profissional de ensino e ajudar a reconhecer as inconsistências da formação continuada. Partindo desse pressuposto, Almeida e Santos (2022) reconhecem que cada profissional também é um sujeito de seu ato formador. De acordo com a ótica freireana, os autores sinalizam que quando não se pode reagir à altura de uma mazela, é necessário, pelo menos, enfrentá-la com dignidade. Nesse enfrentamento emerge um fazer pedagógico que transmite – e também inspira – uma prática formativa, que autoriza o professor a seguir no processo mesmo durante uma crise, não apenas para garantir que rotinas de estudo e encontros educacionais ocorram em contextos adversos, mas também para atuar como uma fonte necessária de esperança, entendendo que as coisas podem até piorar, mas que é factível intervir para melhorar uma situação pedagógica (Almeida; Santos, 2022).

Considerando as ideias de Almeida e Santos (2022), especialmente no que tange às formações remotas, é possível reconhecer aproximações com os estudos de Coelho, Monteiro e Luz (2021) no que diz respeito a um processo formativo que busque o aprimoramento do agente educativo diante de uma situação pedagógica que o desafie. Com ênfase na aprendizagem colaborativa, os pesquisadores revelaram o potencial desses cursos não presenciais como motivadores para o processo contínuo de formação desses profissionais no temário drogas. Para eles, ainda que distantes geograficamente, é possível partir das experiências de vida e dos saberes técnicos e pedagógicos dos profissionais envolvidos, reconhecendo os contextos de adversidade e compreendendo a formação continuada como mais um caminho para explorarem e reverem suas práticas (Coelho; Monteiro; Luz, 2021; Almeida; Santos, 2022).

Outro ponto que cabe sinalizar do trabalho de Coelho, Monteiro e Luz (2021) é a dinâmica interdisciplinar que brota do temário drogas. Sendo um tema transversal que se comunica com outras áreas do conhecimento, a perspectiva da aprendizagem colaborativa favorece que assuntos correlatos façam parte do cenário de aprendizagem dessas formações não presenciais. Como exemplo, podemos citar os debates acerca das violências nas escolas e dos processos de segregação física, mental e social que se instauram no espaço escolar. Quer dizer, outros assuntos não previstos na formação podem surgir mediante a colaboração entre os cursistas, estimulando o diálogo entre profissionais de diferentes especialidades, o que oferece uma robustez interdisciplinar a seu processo formativo. Nessa ótica, segundo os autores, interlocuções sobre o fenômeno do consumo de drogas a partir da construção de novos cenários de

3. A pandemia de covid-19, causada inicialmente pelo vírus SARS-CoV-2, foi responsável por mudar o padrão de vida de boa parte das pessoas ao redor do mundo. Em 11 de março de 2020, a situação foi classificada como pandemia pela Organização Mundial de Saúde (OMS), tendo sido adotadas diversas medidas de lockdown para conter o avanço do vírus. Essas medidas ficaram em vigor por cerca de dois anos, até que a maior parte da população tivesse acesso às vacinas (OMS [...], 2020).

aprendizagem instrumentalizam e ampliam o espaço de confiança no compartilhamento dos receios e expertises associadas a esse tema.

Diante de tais pressupostos, este relato de experiência formativa analisa e discute um minicurso remoto (síncrono) sobre drogas, oferecido para profissionais de Educação de uma rede municipal do interior do estado do Rio de Janeiro, traduzindo a realidade educativa desses profissionais e os percalços encontrados ao longo de suas práticas pedagógicas sobre o tema.

2. Metodologia

A pesquisa mostrada neste artigo é de ordem qualitativa e descreve um relato de experiência pautado em um estudo de caso de uma formação imersiva (minicurso) oferecida para professores de uma rede pública municipal de ensino. Para análise dessa formação, nos apropriamos dos contextos de elaboração enunciativa produzidos ao longo de sua realização, seguindo o referencial metodológico de Mikhail Bakhtin (1986). Dessa forma, nossa intenção foi compreender o diálogo que emergiu entre esses registros e seus contextos, buscando rebatimentos e endereçamentos políticos e ideológicos (os endereçamentos pedagógicos também se constituem nesse processo). Para Bakhtin, todo o sistema de ideologias possui um significado (o que remete a algo situado fora de si mesmo), apresentando um sentido próprio (Bakhtin, 1986). Para ele, um signo não existe apenas como parte de uma realidade, mas a reflete e refrata (os dois fenômenos se combinam), podendo apreendê-la, produzir distorções ou manter sua integralidade (fidelidade). Refletir e refratar são, assim, categorias de análise utilizadas nos discursos dos profissionais que participaram desse minicurso sobre drogas.

Nesse artigo, partindo da ótica bakhtiniana (1986), nos apropriamos tanto da interação social verbal (falas ao longo das interações mediadas pelos professores que ministraram a formação) quanto da textual (chats da plataforma utilizada). Quer dizer, metodologicamente, o que nos interessa é analisar o conteúdo dessas interações para apreender, ao longo de toda o processo virtual formativo, as ideologias subjacentes às concepções sobre drogas dos cursistas. Tais participantes constituíram uma situação concreta de interação, trazendo sentidos e significados em seus discursos, o que reflete não apenas sentidos e significados de sua existência pessoal, mas também o *modus operandi* de suas práticas pedagógicas em torno do tema drogas.

O minicurso aqui descrito, intitulado “Educação sobre drogas: caminhos possíveis”, resulta de uma formação adaptada (4 horas) de um curso mais longo, de 8 horas de duração. Ambos os formatos são oferecidos gratuitamente para os 92 municípios do estado do Rio de Janeiro. Tal formato adaptado iniciou-se após a pandemia, tendo em vista os cuidados profiláticos prescritos regional e nacionalmente. Passado esse período, após toda a regularização do processo vacinal, os cursos continuaram nesse modelo remoto (síncrono), especialmente para os municípios mais distantes da região metropolitana, onde fica a base do Grupo de Pesquisa Educação e Drogas (GPED). Isso otimizou custos e deslocamentos tanto dos pesquisadores que o ministram quanto dos professores e demais profissionais cursistas. O minicurso configura uma das ações extensionistas gerenciadas pelo GPED, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Com o intuito de ampliar, de forma gradual, o olhar dos profissionais da Educação a partir da interlocução entre as ciências em perspectiva multidisciplinar, a formação parte dos pressupostos teóricos e práticos da RD. Em suma, não oferece respostas diretas, mas induz o participante a repensar e (re)elaborar concretamente seus conceitos, propondo debates e caminhos possíveis que ultrapassem visões centradas na proibição como único caminho pedagógico.

O minicurso foi conduzido seguindo três estratégias de ensino: a primeira consistiu em reconhecer os profissionais participantes, suas origens e motivações para a realização do curso em seu formato remo-

to. A segunda foi uma dinâmica intitulada “Droga imaginária”. Ela foi adaptada do material *Adolescentes e jovens para a educação entre pares: álcool e outras drogas*, da série “Saúde e prevenção nas escolas”, do Ministério da Saúde⁴, com a intenção de permitir que os profissionais de ensino, aos pares, sugerissem uma droga fictícia e pontuassem/inventassem suas mais diversas características. Nossa intenção com essa atividade foi provocar a emergência de discursos de compreensão da realidade para os cursistas expressarem o que pensavam e as experiências que tinham sobre o tema, usando dos conhecimentos reais para criar e imaginar.

A partir disso, pedagogicamente adotou-se uma abordagem dialógica, cuja intenção foi perceber o enraizamento proibicionista contido nas expressões verbais e textuais do grupo, buscando desconstruir como circula o CMI que comentamos na introdução (Silva, 2019). A última estratégia foi a realização de uma espécie de *brainstorming* (tempestade de ideias), cuja proposta foi questionar os cursistas sobre o que de fato eles levariam daquela formação para suas práticas profissionais, buscando aplicabilidade para os conceitos e debates decorrentes daquele momento.

3. Resultados e Discussão

3.1. Universo de participantes e motivações

O minicurso foi oferecido para até 60 profissionais de Educação da rede municipal que demandou a formação. Dessas vagas, houve 51 inscrições realizadas via Secretaria Municipal de Educação. Contudo, apenas 22 profissionais participaram efetivamente. Em especial nessa edição, a maioria dos profissionais presentes ocupava o cargo de orientador pedagógico, além de professores da educação infantil e de primeiro e segundo segmentos, incluindo docentes que atuam na educação de jovens e adultos (EJA). A maioria dos profissionais cursistas trabalhava em mais de um município, em redes de ensino públicas e/ou privadas.

Sendo oferecido de forma remota (síncrona) e gratuita, o minicurso ocorreu na plataforma RNP (Rede Brasileira para Educação e Pesquisa), onde o GPED/UERJ mantém uma sala para webconferências. A plataforma é pública, sendo de grande utilidade para oportunizar que o grupo de pesquisa tenha acesso a tais profissionais sem os custos que uma formação presencial exigiria (Coelho; Monteiro; Luz, 2021). Convém lembrar que o município dista cerca de 300 km do centro da cidade do Rio de Janeiro, estando localizado na região norte do Estado. Com uma população de aproximadamente 36 mil habitantes, ele possui 16 escolas municipais⁵.

Na fase de apresentação da equipe formadora do GPED e de conhecimento dos profissionais cursistas, tanto os professores em exercício quanto os orientadores educacionais destacaram distintos interesses na participação no curso. Em âmbito geral, eles podem ser resumidos em duas necessidades identificadas: (I) conhecerem mais sobre o tema (frequentemente marcado por discursos proibicionistas de repulsa ao uso de drogas) e (II) saberem como levá-lo para as escolas onde trabalham (por meio da busca de soluções concretas que resolvessem o problema do uso de drogas entre os jovens e a comunidade escolar). Convém lembrar que tais impressões também foram percebidas no estudo realizado por Coelho e Silva (2021), especialmente acerca do dilema medo versus necessidade docente de comentar sobre o assunto com seus estudantes em áreas dominadas pelo tráfico.

4. BRASIL. Ministério da Saúde. **Adolescentes e jovens para a educação entre pares: álcool e outras drogas**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de DST, Aids e Hepatites Virais. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica. 2011. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000221899>. Acesso em: 22 out. 2023

5. De acordo com os dados disponibilizados no site de tal município.

Sem que precisássemos pedir que habilitassem a câmera ao longo de suas falas, a maioria já se colocou disponível para tal ação, o que favoreceu a interação da equipe formadora com os profissionais participantes e revelou certo entrosamento entre todos. Em princípio, isso pareceu estimular a dinâmica colaborativa que deu aporte ao curso (Coelho; Monteiro; Luz, 2021). Nesse caminho, entendemos que essa etapa de reconhecimento é fundamental, especialmente quando o tema da formação assume um contorno delicado e emergente como as drogas. Foi possível perceber que as motivações se amparavam em uma dinâmica de busca de soluções de enfrentamento do tema, revelando que a formação remota foi uma possibilidade de lidar com as adversidades (Almeida; Santos, 2022) que ele apresenta no município, e mostrando um contexto formador de esperança, inicialmente, na busca de soluções mais imediatas.

Acerca do mencionado, convém sinalizar que as motivações e receios revelados pelos cursistas se amparavam não apenas nas problemáticas do município que gerenciou a formação, mas nos quadros de adversidades presentes também nas redes vizinhas, onde residiam ou tinham outra matrícula, tais como Campos dos Goytacazes e São Fidélis. O caso demonstra que as formações se alastram e se comunicam com os saberes que circulam nos diferentes contextos pedagógicos. Tais impressões também corroboram com os resultados de Coelho e Silva (2021), na medida em que coadunam com uma realidade emergente dos docentes da instituição pública: a necessidade de orientação acerca do temário drogas, pautada nas vivências e experiências situacionais desses profissionais, e não em práticas que reproduzem modelos prontos para serem abordados em sala de aula, uma das pontuais críticas feitas por Gilberta Acselrad (2013).

3.1. Pensando uma droga imaginária – o que a atividade revelou?

Acerca das drogas imaginárias, os professores e orientadores educacionais participantes da formação foram unânimes em representar uma substância que gerasse sofrimento aos jovens, público principal idealizado na atividade. Segundo uma parcela dos professores cursistas, a droga imaginada estaria numa condição de fácil acesso (por vezes até gratuito), propiciando abundantes quadros de vício, de tal modo que bastariam algumas situações de uso para que os jovens se tornassem dependentes do produto. Curiosamente, quase a metade das duplas propôs que a droga fictícia, além de torná-los viciados rapidamente (o que, em si, já é um conceito equivocado), tenderia a aliciá-los para o tráfico (outro conceito pautado em equívoco, uma vez que nem todos os jovens comungam da mesma realidade geográfica, social e cultural em torno das escolas). Complementando esses discursos, experiências de uso abusivo de drogas entre familiares e de violência em torno do tráfico no município onde atuam sustentaram parte das falas que emergiram na atividade. Nesse contexto, as drogas fictícias assumiram papel viciante, abusivo e direcionador para a entrada no tráfico, dando início à vida criminosa.

Particularmente, convém destacar a droga criada por uma das duplas, sugerindo um produto de fácil acesso por smartphones, internet e telas de aparelhos eletrônicos. Ela foi apontada como uma droga que estaria em todos os lugares, seria incentivada por todos, de forma lícita, e que seria usada diariamente e sem controle, tecendo comparações com o próprio uso abusivo dos celulares entre os jovens. O mais interessante dessa questão é justamente o olhar dos efeitos, do uso abusivo e do vício, que comumente são associados como problemas ligados às drogas, mas poderiam e estariam associados a outros tipos de uso em outros ambientes e aspectos. Para a dupla, não se trata apenas do potencial deletério de uma droga química, mas de todo produto que pode gerar efeitos psicoativos deletérios. Especialmente a partir desses dois participantes, foi possível perceber uma diferenciação entre uso e abuso, colocando a letalidade – de forma reducionista – não apenas no produto (droga centrismo), mas nas práticas de abuso.

Algumas das drogas fictícias apresentadas pelos cursistas destacavam o papel gregário do produto. Por exemplo, uma cursista sugeriu uma droga fumada, mas que seria ilícita e os adolescentes pudessem utilizá-la de forma clandestina. Essa substância fictícia se aproximou das práticas de uso do tabaco e de outras drogas fumadas, como a maconha. Tanto nela quanto em outras drogas fictícias sintéticas, a leta-

lidade seria influenciada pelas companhias. Em ambas as situações, as drogas fictícias seriam danosas e se relacionariam com um certo estímulo social (práticas de sociabilidade), sendo produtos tendenciosamente mais consumidos em grupos.

De forma geral, a impressão que temos é de que tais produtos fictícios foram imaginados em pressupostos predominantemente drogacêntricos, ou seja, segundo os quais é atribuído às drogas um papel demonizador, considerando-as responsáveis pelo fracasso do jovem perante si mesmo e a sociedade. Nessa visão, elas são carregadas do estigma do viciado e da generalização de que todo jovem que fizer uso de uma substância psicoativa necessariamente terá problemas maiores com o abuso do produto. A análise dessas drogas fictícias revela uma preocupação com o aliciamento de pessoas e com os danos que as drogas produzem no organismo, os quais culminam nos efeitos deletérios do vício. Assim, o uso abusivo e o recreativo são indistintos (de fato, este sequer é considerado), reproduzindo a crença de que todo uso, ainda que não seja abusivo, é mau, e de que o efeito das drogas sobre o corpo, patogênico e depreciador, deve ser considerado para evitar que tais situações ocorram. Essas impressões das falas dos cursistas revelam uma apropriação das bases que sustentam o CMI (Silva, 2019), que aferem a fuga das drogas como o único caminho adequado para o bem-estar e a qualidade de vida, porque carrega o sentido de abdicar de uma vida mórbida e criminosa.

Quando solicitados que inventassem suas drogas, os participantes da formação, em sua maioria, nararam tais produtos de forma prejudicial e pejorativa, como já visto, e também como salvação para algum tipo de dor, alívio para sofrimentos ou, ainda, como status, quase sempre fazendo relação entre a situação imaginária e as possibilidades conhecidas na realidade. Além disso, buscavam soluções para casos específicos de uso abusivo, sem expandir o olhar sobre as demais possibilidades, como o uso recreativo, não abusivo, ou a problematização das drogas lícitas.

3.2 A presença de um gestor municipal na formação – o que isso revela?

Um dos representantes da subsecretaria do município estava presente durante a realização da atividade e foi veemente em afirmar que os profissionais da educação locais adotavam uma visão referente à RD, e que seria de conhecimento geral um olhar amplo e social sobre o assunto, não se limitando ao proibicionismo e à prevenção. Porém, ainda que muito enfático e com falas extremamente pertinentes, não era essa a visão nem os ideais observados nos discursos dos profissionais da prática diária da escola.

Ainda que as últimas eleições tragam um aporte promissor para avanços nas políticas sobre drogas e nas ações educativas sobre o tema, o fato é que a RD ainda se recupera. Abre espaços cautelosos para debates que foram velados e ignorados, tais como a descriminalização (BBC [...], 2023), visto que a guerra às drogas foi fortemente intensificada durante os governos anteriores (2016-2022). Essas contradições, em princípio, conflituosas deixam claro que o representante da subsecretaria tinha um pensamento, enquanto os professores cursistas tinham outro. Ele era afinado com a RD, mas acabou atropelando o caminhar do curso, adotando como conhecimento geral um saber seu que não era do entendimento dos demais, o que costuma ser uma prática comum nas secretarias de educação, sobretudo as municipais (Coelho; Silva, 2021).

Naquele momento, percebeu-se uma dissociação entre o que estava na representação governamental e o que estava, efetivamente, sendo transpassado nos entendimentos dos profissionais da escola. Porém, observado o percurso de conversa e de trocas, e ainda a quantidade de representantes das escolas presentes, pode ter sido um bom momento para esclarecer a posição da liderança, talvez não da melhor forma ou com os melhores argumentos, porém, com os ouvidos necessários. Ainda que possa ter gerado desconforto a dicotomia e o tom representativo geral, o discurso do representante governamental parecia uma forma de defender um conhecimento e uma posição, em vez de impô-los. Foi um desses momentos em que as posturas das autoridades são mais progressivas do que a média geral e esta, embora entenda, em termos amplos, as propostas, não consegue abandonar seus pressupostos calcados em princípios

morais e condutas assistencialistas. Conflitos fazem parte dos ambientes pedagógicos e democráticos, e é importante analisar o significado dessas diferenças, entendendo os sujeitos e suas opiniões.

3.3. *Brainstorming* – o que fica do curso remoto na prática docente?

É evidente que as falas problemáticas, proibicionistas e abstencionistas identificadas na maioria dos participantes estavam ligadas, como vimos, à arraigada estrutura do CMI (Silva, 2019; Silva; Coelho, 2022), que é, permanentemente, reiterado pela literatura, pelos agentes de segurança pública e da saúde. Muitas vezes tal pensamento ignora completamente a possibilidade do uso social e recreativo de drogas, ou de, como aponta Acselrad (2013), alguns usuários não conseguirem, não poderem ou não quererem parar de usá-las. Ainda, apontam como solução a utopia da abstinência completa, considerando um mundo sem drogas (Acselrad, 2013), que não é real. O entendimento extremo de todo uso como abusivo faz com que olhemos com estigma aqueles que não se enquadram nessa condição, deixando-os à própria sorte.

Em ambas as atividades propostas pelo minicurso, identificamos que os professores não se sentem aptos a falar sobre drogas, muitas vezes delegando a profissionais de outras áreas essa responsabilidade. Essa suposta falta de aptidão vem justamente da falta de domínio e conhecimento sobre o tema, que gera a impossibilidade de profundidade e reflexão. Isso perpetua o CMI (Silva, 2019), assim como os saberes populares marcados de generalismos e imprecisões.

O discurso abstencionista não funciona com aqueles que já tiveram contato com as drogas, visto que, para eles, a resolução apontada – nunca utilizá-las – já não se aplica. Como mencionado durante a formação, o discurso de ex-usuários redimidos não é a forma ideal de lidar com a temática em sala de aula, por causar no jovem uma sensação de desafio. Apontar falácias sobre efeitos, trazidos única e exclusivamente de forma negativa, alarmista e pejorativa, ou de forma danosa, pode fazer com que o jovem identifique tal visão como mentirosa e falsa, de acordo com seu próprio conhecimento, suas experiências ou as de pessoas próximas.

Um dos cursistas trouxe o relato de um “usuário que virou traficante”, além de histórias pontuais de uso abusivo, geralmente associadas à família dos alunos. No geral, eles pediam resoluções que, muitas vezes, não podiam ser atendidas logo no primeiro encontro formativo, ou que não eram de responsabilidade da educação, devendo ser previstas pelos serviços de assistência social e saúde pública municipais. O olhar da “história única” (Adichie, 2009), que rotula e causa estigma, ofuscava a complexidade das diferentes realidades.

O entendimento hipertrofiado do papel do professor impede a compreensão do que lhe cabe realizar e do que cabe delegar para outras instâncias, a fim de fazer funcionar o sistema multidisciplinar de uma rede de atendimento. Ou nem tudo será da alçada da educação ou será tudo da alçada da assistência, da saúde e, quiçá, da polícia e da justiça. Não ter resposta ou soluções diretas para essas questões pode parecer desanimador, mas aquilo pelo que a RD preza é justamente que, com conhecimento, educação, direitos e liberdade, as pessoas possam fazer escolhas conscientes. Tal perspectiva redutora de danos é pouco frequente nos discursos de desespero e despreparo para lidar com o assunto, como comentamos. O entendimento sócio-histórico das drogas e das relações humanas em torno desses produtos é ausente nesse tipo de visão, o que remonta a uma concepção do debate não apenas drogacêntrica como generalista. Compreendemos que isso ocorre justamente pela falta de expertise tanto na pulverização do temário nas escolas quanto nas orientações de seus profissionais ao longo de suas formações iniciais e continuadas, e, ainda, pela ausência de movimentos nesse caminho pelas secretarias de ensino onde atuam. Curiosamente, embora, na dinâmica aqui citada, um dos gestores da Subsecretaria de Educação tenha apontado elementos que demonstram estar o órgão inclinado à RD, poucos professores entendem esses pressupostos.

Ainda que realizado em um curto período, o curso remoto funcionou bem em sua dimensão imersiva, sem ter a intenção de esgotar o debate em torno das drogas. Pelo contrário, buscou uma aproximação inicial com os profissionais, a fim de resgatar experiências e deixar perturbações ao longo do curso, bem como questões que promovam reflexões após a formação. Por isso, as práticas formativas se apropriam da aprendizagem colaborativa, sobretudo no primeiro momento, quando a escuta atenta aos profissionais, mediada por desconstruções pontuais, auxilia no processo de desmistificação e reconhecimento de distintas histórias de vida que são compartilhadas (Coelho; Monteiro; Luz, 2021).

O curso, por meio do diálogo, revela certos olhares e ainda respeita o tempo dos participantes para absorver novos conceitos e ideias, mantendo aberto o canal e as possibilidades de educação continuada, ampliando suas redes e deixando suas marcas. A proposta é levar para o chão da escola os conhecimentos do campo científico e pensar em como acalentar demandas pontuais tão difíceis e específicas. Por meio dos cursos remotos, possibilita-se um acesso contínuo ao aprimoramento dos saberes, que considera experiências reais da escola e articula os achados de pesquisas recentes, unindo teoria e prática, ainda que de forma brevemente imersiva. O campo de educação para as drogas é um exemplo de como as formações continuadas são úteis para a atualização dos profissionais que lidam com jovens em contexto de aprendizado. Enquanto os professores adquirem maior aporte para lidar com as questões da sociedade e da escola, os pesquisadores ganham proximidade com essas esferas, por meio dos dados e relatos transmitidos, e assim podem pensar em contínuas melhorias e expansão do conhecimento, explorando seus potenciais.

4. Chegando às considerações...

O minicurso aqui descrito, adaptado para o formato remoto, resultou de uma adaptação pós-pandêmica que permitiu que mais redes de ensino pudessem ser contempladas nele. Além disso, evitou custos de deslocamento dos pesquisadores que o ministravam e dos profissionais cursistas, abarcando um maior número de profissionais no estado do Rio de Janeiro. Embora também seja um conforto financeiro para os professores (que não precisam se deslocar para longas distâncias) e para as redes de ensino que desejam congregar novos saberes para seus profissionais (sem custos de deslocamento para os pesquisadores e infraestrutura), o formato remoto – oriundo do ensino pandêmico emergencial – apresenta suas limitações, sobretudo nas dificuldades de acesso dos profissionais a recursos midiáticos e de conectividade, como pontuado por Coelho, Monteiro e Luz (2021) no escopo das formações a distância. Consideramos, ainda assim, que os benefícios superam as dificuldades, sendo a oferta dos cursos no modelo remoto uma excelente possibilidade de expansão do trabalho de extensão, facilitando as trocas além dos limites físicos.

Tais impressões da literatura também têm sido percebidas desde as primeiras edições remotas do curso. Contudo, ainda assim ele se apresenta como caminho promissor de desconstrução não apenas do tema drogas, mas de outros correlatos que emergem do debate nessas formações. Uma dessas desconstruções se refere ao escopo do tema, que não deve ser visto como coordenado somente pelas autoridades policiais ou da saúde. Ainda que breves, elas são caminhos de imersão no assunto drogas pelos profissionais que não conseguem ou não sabem articulá-lo em suas práticas educativas. A formação se revelou como instrumento em potencial para ouvir os anseios e principais dificuldades desses profissionais. Contudo, temos notado que as formações remotas têm suas limitações, a saber: apresentam menor interação entre os cursistas, visto que a maioria se coloca mais tímida (Teixeira; Almeida, 2015). Cursos no formato presencial têm mobilizado mais a participação e ampliado o debate entre tais profissionais, como percebido por Coelho e Silva (2021).

Obviamente, o minicurso, em seu caráter imersivo, busca capacitar os profissionais de ensino (de docentes a orientadores educacionais) para que reconheçam as dimensões biopsicossocioculturais do assunto, mas evita canais de tolhimento e inibição dos cursistas, como a presença de profissionais gestores

ou participações politicamente estratégicas, o que coloca em xeque a qualidade da ação formativa. Cabe destacar a importância dessa imersão para confortar os profissionais de que a equipe do curso se mantém atenta e de prontidão para dar suportes pedagógicos e emocionais quanto às formas de abordagem do tema nas escolas, que, como temos percebido, são carentes nesse e nos demais municípios por onde a formação circula. O trabalho formativo não se dá apenas ao longo das horas de curso, mas gera um canal comunicativo entre os profissionais da rede em caráter contínuo, que estimula que tais professores também invistam em pesquisa e aperfeiçoamento sobre o tema.

Biodados e contato dos autores



GUIMARÃES, M. F. B. B. Graduada em Pedagogia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2023). Pesquisadora do Grupo de Pesquisa Educação e Drogas – GPED/UERJ.

ORCID: <https://orcid.org/0009-0005-7534-1656>

E-MAIL: atr.fernanda@gmail.com



COELHO, F. J. F. Docente do Programa de Pós-Graduação em Ensino em Biociências e Saúde (PPGEBS), do Instituto Oswaldo Cruz (IOC), FIOCRUZ, Rio de Janeiro, RJ, Brasil. Biólogo (UERJ), pedagogo (Unifaveni) e doutor em Ensino em Biociências e Saúde pelo IOC/FIOCRUZ. Pós-Doutorado no Programa de Pós-Graduação em Ensino de Química do Instituto de Química da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PEQui/UFRJ). Coordenador do Grupo de Pesquisa Educação e Drogas (GPED/UERJ) e Docente do Curso Educação, Drogas e Redução de Danos do Programa de Formação de Professores da Fundação Cecierj. Membro da Associação Brasileira Multidisciplinar de Estudos sobre Drogas.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1522-2995>

E-MAIL: educacaosobredrogas@gmail.com



SILVA, M. L. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil. Pós-Doutorado em História da Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2012). Professora Associada, Faculdade de Educação/Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Professora do Programa de Pós-Graduação em Ensino de Química do Instituto de Química da Universidade Federal do Rio de Janeiro – PEQui/UFRJ. Coordenadora do Grupo de Pesquisa Educação e Drogas – GPED/UERJ. Membro da Associação Nacional de História (ANPUH) e da Associação Brasileira Multidisciplinar de Estudos sobre Drogas.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1188-9469>

E-MAIL: lullua2@yahoo.com.br

Referências Bibliográficas

ACSELRAD, G. Drogas, a educação para a autonomia como garantia de direitos. **Revista da EMERJ**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 63 (Edição Especial), p. 96-104, out./dez. 2013. Disponível em: https://www.emerj.tjrj.jus.br/revistaemerj_online/edicoes/revista63/revista63_96.pdf. Acesso em: 12 abr. 2023.

ADICHIE, C. N. **O perigo da história única**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

ALMEIDA, W. C.; SANTOS, E. O. A emergência da educação on-line: narrativas docentes-discentes de uma educação on-line por/em outras presencialidades. **EaD em Foco**, v. 12, n. 3, e1922, 2022. DOI: <https://doi.org/10.18264/eadf.v12i3.1922>.

BAKHTIN, M. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Hucitec, 1986.

BBC News Brasil. **Ministro de Lula quer debate sobre descriminalização de drogas para reduzir população carcerária**. Entrevistador: Leandro Prazeres. Entrevistado: Silvio Almeida. Brasília, DF: BBC News Brasil, 9 mar. 2023. 1 vídeo (16 min). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=TvQk-JHm6T_0. Acesso em: 7 mar. 2024.

BRASIL. **Lei n. 11.343**. Dispõe sobre o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas. Brasília, DF, 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11343.htm. Acessado em: 12 abr. 2023.

CARLINI, E. O uso medicinal da maconha [Entrevista cedida a] Neldson Marcolini e Ricardo Zorzetto. **Pesquisa FAPESP**, São Paulo, SP, edição 168, p. 8-13, fev. 2010.

COELHO, F. J. F.; MONTEIRO, S.; LUZ, M. R. M. P. Formação de professores em um curso on-line sobre drogas: contribuições da redução de danos e da aprendizagem colaborativa. **EaD em Foco**, v. 11, n. 1, e1215, 2021. DOI: <https://doi.org/10.18264/eadf.v11i1.1215>.

COELHO, F. J. F.; SILVA, M. L. Mediação de conflitos em cursos sobre drogas na formação de professores. *In*: MAIA, B.; VERISSIMO, M.; FILPO, K.; MONTEIRO, P. (org). **Administração de conflitos no espaço escolar**: estudos interdisciplinares II. Rio de Janeiro: Autografia, 2021. p. 237-259.

OMS classifica coronavírus como pandemia. **Gov.br**, Brasília, DF, 11 mar. 2020. Saúde. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/noticias/saude-e-vigilancia-sanitaria/2020/03/oms-classifica-coronavirus-como-pandemia>. Acesso em: 22 nov. 2023.

SILVA, M. L. Álcool, medicamentos e outras drogas nos materiais paradidáticos entre os anos 1970-2000: embates de sentidos na educação. *In*: ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE HISTÓRIA, 30, 2019, Recife. Anais [...]. 2019.

TEIXEIRA, N. F.; ALMEIDA, P. V. Formação de professores na educação a distância e a prática reflexiva. **EaD em Foco**, v. 5, n. 3, p. 1-14, dez. 2015. DOI: <https://doi.org/10.18264/eadf.v5i3.281>.